REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

FEIRA DE SANTANA: TRAÇOS DA CIDADE

ARTIGO

O COMÉRCIO INFORMAL EM FEIRA DE SANTANA: A REALIDADE DA RUA SALES BARBOSA
INFORMAL TRADE IN FEIRA DE SANTANA: THE REALITY OF SALES BARBOSA STREET

ALESSANDRA OLIVEIRA TELES

Doutora em Geografia. Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: aoteles@uefs.br

RESUMO

Feira de Santana é um dos mais importantes municípios do Estado da Bahia. O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. As relações de troca consolidam tal atividade associadas à localização estratégica da cidade – promoveram o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse. Mesmo com o projeto modernizador associado à abertura de rodovias e ao estabelecimento de um importante centro industrial, é no comércio que se encontra a força da economia de Feira de Santana. A rua Sales Barbosa historicamente apresenta um comércio de rua intenso. Primeiro, os feirantes, e desde o fim da década de 1980, ambulantes e camelôs ocupam o calçadão construído pelo poder público municipal, comercializando predominantemente confecções e calçados. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é discutir o comércio informal em Feira de Santana, particularizando a rua Sales Barbosa.

Palavras-chave: Comércio Informal. Área Central. Território.

ABSTRACT

Feira de Santana is one of the most important cities in the state of Bahia. Service activities – mainly commerce, health and education – demonstrate polarizing characteristic with federal, state and local public service of metropolitan region of Feira de Santana and neighboring cities. Commerce is the most important activity in spatial and socioeconomic organization of Feira de Santana. Trade relations consolidate the activity – associated to the strategic location of the city – and promote population gathering in a way to promote and develop informal trade. Even with a modern project associated to road construction and establishment of an important industrial center, the strength of Feira de Santana economy relies on trade. In this perspective, informal trade became the object of this study, considering its relevance and originality.

Keywords: Informal trade; Central Area; Territory.

INTRODUÇÃO

Feira de Santana, com 556.642 habitantes, no ano de 2010 - segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – é um dos municípios do Estado da Bahia que compõe a mesorregião denominada Centro Norte Baiano. A microrregião geográfica, na qual está

inserido, recebe o seu nome por ser o de maior influência, é composta por ele e mais 23 municípios. A cidade é considerada pelo IBGE (2008) uma capital regional A e dentro do estado só é menor que a capital, Salvador.

É o município de comando da Região Metropolitana de Feira de Santana, instituída a partir de 06 de julho de 2012, pela Lei Complementar Estadual nº 35/2011 (BAHIA, 2011),

formada por seis municípios (Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho) abrangendo um total populacional de 673.637 em 2010 (IBGE, 2010). Há ainda nove municípios que fazem parte da futura Área de Expansão Metropolitana. As atividades de serviços – destaque para comércio, saúde e educação – demonstram seu caráter polarizador frente aos serviços públicos federais e estaduais nos demais municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana e municípios vizinhos.

O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. Responsável por sua implantação e consolidação, reflete, através de seus agentes, as permanências e mudanças que vem atravessando ao longo das décadas. As relações de troca consolidam tal atividade, associadas à localização estratégica da cidade, promoveram o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse.

A abertura comercial atingiu de modo certo o setor industrial e a política econômica nacional promovida desde a década de 1930, de substituição das importações, que era a base dos programas de desenvolvimento do país que nesse momento é rompida. Entre 1940 e 1970, tem-se uma expansão e diversificação do emprego, onde o Produto Interno Bruto cresce de 5% a 7% ao ano. A partir dos anos de 1980, o mercado formal absorveu menos o contingente de trabalhadores e desempregados que passaram a atuar no mercado informal. Essa realidade foi resultado das transformações estruturais pelas quais a economia brasileira passou. No início da década de 1990, boa parte dos postos de trabalho com carteira assinada reapareceu no meio informal, em que a carteira do trabalhador não é assinada e seus direitos deixados de lado. (NASCIMENTO, 1996).

Essas mudanças levaram a uma reestruturação produtiva nas empresas, palco das transformações, inclusive, das relações de trabalho. Assim, ações como enxugamento de plantas industriais, concentração da produção nas áreas com maiores vantagens locais, modernização tecnológica, terceirização da produção, reorganização do processo produtivo, foram as principais estratégias empresariais para sobreviver num novo modo de produção industrial. A extinção de uma série de postos de trabalho, com a demissão em massa de funcionários, também foi outro destaque no histórico do setor industrial brasileiro.

Feira de Santana é um dos mais importantes municípios do Estado da Bahia. O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. As relações de troca consolidam tal atividade associadas à localização estratégica da cidade – promoveram o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse. Mesmo com o projeto modernizador associado à abertura de rodovias e ao estabelecimento de um importante centro industrial, é no comércio que se encontra a força da economia de Feira de Santana.

A rua Sales Barbosa historicamente apresenta um comércio de rua intenso. Primeiro, os feirantes, e desde o fim da década de 1980, ambulantes e camelôs ocupam o calçadão construído pelo poder público municipal, comercializando predominantemente confecções e calçados. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é discutir o comércio informal em Feira de Santana, particularizando a rua Sales Barbosa.

1. FEIRA DE SANTANA E SEU PERCURSO

A formação histórica de Feira de Santana é constantemente destacada nos documentos existentes através da presença de um comércio pujante. Esse fenômeno ganhou destaque a partir de meados de 1960 com o projeto de modernização para o Brasil começa a repercutir na cidade, alinhado com o projeto de modernização nacional (BECKER; EGLER, 1993). Os agentes políticos e empresários locais passaram a repetir o discurso da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL), associando modernidade à indústria, especialmente com a integração de todo o território nacional proporcionada pelas rodovias federais. Ao longo desse tempo, a feira existente nas principais ruas da cidade ocupa tanto a frente das lojas de comércio formal quanto a moradia da elite local, até então concentrada nesse espaço. O crescimento da cidade, a mudança dessa elite para bairros residenciais afastados da área central, além da transformação de antigas residências em lojas de redes nacionais vão consolidar e ratificar o centro da cidade como espaço de comércio e também de serviços.

Foram propostos alguns projetos para atender as necessidades de modernização da cidade e resolver a situação do comércio. Criado o Centro Industrial do Subaé (CIS), em 1970, Feira de Santana passou a fazer parte do projeto de modernização industrial, contribuindo para a consolidação da política industrial nacional. Esse fato impacta diretamente no comércio local presente nas vias centrais da cidade. Os lojistas vão se valer dele para exigir a retirada das barracas promovendo uma estética urbana compatível com o processo de modernização que o município estava passando, acatado pelo poder público que criou um projeto de relocação da feira, também central, porém fora das principais vias da área central.

Em meados da década de 1970, os comerciantes foram relocados para esse espaço que foi denominado Centro de Abastecimento de Feira de Santana (Figura 1). Desde esse período, a presença de comerciantes informais nas principais vias do centro da cidade é contínuo, sempre relocados pela prefeitura. Os embates entre o poder público municipal e esse segmento nunca deixaram de ocorrer. Segundo Dantas (2005, p. 7): "Por tratar-se de atividade nutrida exclusivamente do fluxo contínuo e maciço de pedestres, não foi de se estranhar seu retorno ao Centro, apesar das pressões contrárias e de continuidade da utilização da violência pelo rapa (Guarda Municipal)".

Com a relocação da feira livre para o Centro de Abastecimento todo o comércio – atacado e varejo – deveria ocorrer nesse espaço, porém com o passar do tempo o que se observou foram duas situações: (a) antigos vendedores voltaram a comercializar em seus antigos pontos, com destaque para a Rua Marechal Deodoro e Praça Bernardino Bahia, onde comercializam principalmente frutas e legumes; (b) e novos comerciantes, por não encontrarem vaga de trabalho no comércio formal, também realizam essa atividade no modelo descrito dividindo espaço com antigos vendedores e lojistas.

Contudo, o comércio informal, desde meados da década de 1970, continua na área central da cidade, instalando-se nas principais vias do comércio formal, como Avenida Senhor dos Passos, Rua Sales Barbosa e Rua Marechal Deodoro. As discussões entre os comerciantes formais, o poder público e os comerciantes informais são intensas. Os primeiros sentem-se prejudicados pela concorrência dos comerciantes informais em termos de preço de mercadorias, impostos e impedimento da circulação dos consumidores pelas vias e acesso aos estabelecimentos formais.

O poder público, de acordo com a gestão vigente, estabelece propostas para a retirada e garantia de livre circulação nas vias principais; os comerciantes informais, por sua vez, justificam a necessidade de realizar essa atividade por falta de oportunidade no mercado formal, baixa escolaridade para adquirir um emprego formal e ser nessas vias a maior circulação de pessoas, logo, consumidores em potencial.

Também é destaque que o centro da cidade está passando por um processo de popularização; atividades e serviços considerados como sofisticados estão sendo

relocados para áreas com padrão de consumo visivelmente elevado – é o destaque para a Avenida Getúlio Vargas – principal via de acesso para os empreendimentos imobiliários de alto padrão. E na Avenida Dr. João Durval Carneiro, onde foi instalado o Shopping Center Boulevard, é visível a gradativa reestruturação, com novos serviços e estabelecimentos comerciais no seu entorno.

2. AMBULANTES, CAMELÔS E OUTROS

Para tratar do comércio informal estabelecido no centro da cidade de Feira de Santana, faz-se necessário definir quem são os principais participantes dessa dinâmica, especialmente por sua contribuição, tanto na produção do espaço quanto no funcionamento da economia, reflexo das contradições resultantes do desenvolvimento do capitalismo, na maioria das vezes de fora, e que repercutem na ação local. Como resultado mais próximo e imediato, percebe-se os contrapontos a partir da produção, consumo e reorganização do espaço urbano, especialmente das áreas centrais.

Salvitti *et al* (1999, p. 2) definem camelô como "[...] um pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado setor informal, juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo." Para Santos (2008, p. 219), pode-se definir camelô de forma mais detalhada: "[...] duas categorias de vendedores de rua: [...] os que tem seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros."

Souza (2013) define camelôs como "[...] indivíduos que tem um ponto, em que estrategicamente desenvolvem suas atividades, quer sejam entre as bancas ou nas ruas em panos espalhados pelo chão". Para Montessoro (2006), os camelôs são aqueles que possuem um ponto estratégico para a realização de seu labor, ocupando tanto bancas nas ruas quanto camelódromos. Faz-se necessário destacar a discussão de Pintaui (2007), pois não é possível homogeneizar a figura do trabalhador de rua, como se todos fossem iguais, uma vez que "diferenciam não só pela forma de propriedade das mercadorias e do ramo de comércio [...] como também pela 'propriedade do ponto', na rua em que se estabelecem, [...] deambulam, carregando nos braços os produtos que oferecem".

Yázigi (2000) elaborou uma obra na qual trata especialmente o comércio de rua. Ele aponta de forma direta os elementos teóricos que tratam da questão classificando quem são, além de discutir conceitualmente comércio informal, economia informal e circuitos da economia. Também destaca os comerciantes de São Paulo, mas nos lembra que essa é uma realidade de todo o país anterior ao período republicano. Detalha os marcos jurídicos do uso do espaço público, define quem são seus usuários comerciais, bem como a utilização desse espaço e a territorialidade que é estabelecida identificando a localização dos pontos de comércio. Para esse

Figura 1- Mapa: localização do Centro de Abastecimento de Feira de Santana, 2016.

autor: "[...] por ambulante entende-se o vendedor ou prestador de serviços, aí se incluindo formas de comércio, lazer e publicidade comuns" (p. 189). Mais adiante trata:

As formas de exercício da atividade são de três tipos: efetivos, que podem carregar equipamentos, circular; as com ponto móvel, com veículos automotores ou equipamentos desmontáveis e, as com pontos fixos, isto é, barracas não removíveis. Seus instrumentos jurídicos são: permissão de uso (atividade lícita); título precário. São pessoais e intransferíveis, com prazos respectivamente de 3, 2 e 1 ano. Mas aí já se nota um contra-senso: se são precários, não poderia ter prazo. (p. 189).

Essa discussão de Yázigi nos traz um relevante tema que precisa ser discutido. O autor trata de toda uma legislação nacional acerca do uso dos bens públicos e privados, o que inclui o espaço público. O que nos chama a atenção se refere ao fato de que tanto esse autor como vários outros fazem uma discussão acerca do uso dos bens e do espaço público. Analisando a legislação em nível nacional, não há uma regulamentação para ambulantes, camelôs e similares, toda a legislação é pontual e está restrita as Câmaras Municipais de Vereadores.

Uma pesquisa na área de Sociologia investigou o comércio de produtos eletrônicos no camelódromo da Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro. O que chama a atenção é o fato de, conceitualmente, Durães (2013) tratar das relações de trabalho presentes nesse local, no qual o trabalho informal atravessa o formal num sentido de oposição, mas também de complementaridade. Outro destaque deve-se à discussão que faz sobre a caracterização de cada um, algo bem próximo aos circuitos superior e inferior da economia, elaborados por Milton Santos e presentes no livro *Espaço Dividido*. Durães (2012, p. 124) aborda elementos que individualizam o circuito inferior da economia:

Sem dúvida, fazem parte do capitalismo, mas mantêm entre si, muitos aspectos de singularidade, tais como, no geral, a imediatividade, sem separação (direta) entre capital e trabalho, sem planejamento regular das ações e sem realização dos balanços de receita *versus* pagamentos.

A legislação que regulamenta a atividade comercial, caracterizando e definindo o papel dos indivíduos que desenvolvem essas atividades, e no caso em estudo, do comércio informal, está sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse Ministério elaborou uma Classificação Brasileira de Ocupações (MTE, 2014), na qual descreve as ocupações, apresenta um histórico, define as características do trabalho, bem como as áreas de atividade e as competências pessoais necessárias para a concretização de qualquer trabalho.

O Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, criou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, através da Lei Complementar nº 123/2006 (BRASIL, 2006), em que

promove a criação da pessoa jurídica para os empreendedores informais. Dois anos depois, a Lei Complementar nº 128/2008 traz modificações, criando o Microempreendedor Individual (MEI), permitindo um registro jurídico aos ambulantes, camelôs, feirantes e demais que se encontram na informalidade (BRASIL, 2008). A intenção do governo com essa regulamentação é aumentar a arrecadação fiscal, pois o registro desses indivíduos acarretará significativo acréscimo à receita do país.

Em Feira de Santana, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC), procura, ao longo de sucessivas administrações, ordenar o uso do espaço público e destinar áreas específicas para que camelôs, ambulantes e outros possam desenvolver suas atividades. Na prática, tem-se o cumprimento do que é estabelecido pelos órgãos competentes no momento da organização. Porém, com o passar do tempo, a falta de fiscalização e a elevação no número de pessoas comercializando nas ruas, os espaços outrora desocupados pelo poder público, passam a abrigar novos trabalhadores que justificam falta de trabalho formal, desemprego, ausência de oportunidade em outros segmentos, necessidades familiares para ocupar os referidos espaços.

A dinâmica da área central promove as condições necessárias para que ambulantes, camelôs e outros atuem, pois contam com uma série de estabelecimentos formais que atuam com muita força, principalmente no setor varejista, atraindo um número significativo de pessoas circulando, principalmente a pé, favorecendo o consumo dos produtos disponibilizados em ambos os segmentos.

O crescimento do comércio informal é facilmente percebido em Feira de Santana. Esse concentra os trabalhadores dispensados por meio da reestruturação produtiva e que necessitam sobreviver. A ausência de legalidade cria um ambiente de conflito com os comerciantes formais, na maioria lojistas que arcam com todo tipo de carga tributária. O desemprego é a principal causa para o fortalecimento desse segmento, mesmo com a autonomia promovida pelo comércio informal. A falta de carteira assinada para a garantia de direitos mínimos pesa no momento de avaliar os elementos positivos do comércio informal.

O cenário apresentado revela um espaço de contradições. Os trabalhadores informais necessitam obter meios para a sua sobrevivência individual e familiar. Ao mesmo tempo, os comerciantes formais – além de serem pesadamente cobrados através de encargos trabalhistas e impostos governamentais nos diversos níveis – veem sua clientela dividida entre suas lojas e os camelôs arrumados em frente aos seus estabelecimentos. Enquanto isso, o poder público demonstra grande lentidão para resolver a situação de conflitos e necessidades de todos os segmentos envolvidos, inclusive da clientela, que ao mesmo tempo consome os produtos do comércio informal e critica a falta de espaço para a circulação nas vias da cidade.

3. O QUE A PESQUISA REVELOU

A atividade dos ambulantes e camelôs foi delineada na cidade de forma análoga aos estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade, onde disputa cada cliente como se esse fosse o último. Sua expansão pelas principais vias de circulação evidencia que existe procura por esse tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se considerados impróprios.

A concentração de ambulantes e camelôs em determinadas ruas e avenidas do centro comercial ocorre seguindo uma lógica. Em se tratando de comércio de rua, o seu principal consumidor/cliente é o pedestre, esses trabalhadores precisam estar onde seu público-alvo aparece em maior concentração. As ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa e Benjamin Constant, bem como a avenida Senhor dos Passos e Praça do Nordeste, terem o maior agrupamento. Além disso, vive-se um período de exacerbação do consumo e quem não pode pagar por um produto original procura satisfazer seu desejo com produtos alternativos encontrados nesse tipo de comércio.

Conjuntamente com esses fatos, o crescimento populacional, a expansão das atividades econômicas e a isenção de um relevante segmento social através da elevação da renda familiar contribuíram para a proliferação da atividade comercial seja formal ou informal. A elevação no consumo de bens e serviços inerentes as novas formas de produção, distribuição e consumo expõe a diversidade de estabelecimentos presentes no centro comercial de Feira de Santana. Essa caracterização repercute no fortalecimento e ampliação do comércio de rua, cada vez mais diversificado e com uma expansão nos itens para o consumo.

Os agentes envolvidos na atividade comercial buscam pela localização mais centralizada com o objetivo de tirar o máximo possível de proveito da circulação de pessoas que caracterizam a clientela em potencial. Analisando a presença de ambulantes e camelôs no centro comercial percebe-se a complexidade na sua organização.

A pesquisa de campo revelou que o comércio de rua é consequência do enfraquecimento das relações formais de trabalho. Os dados da pesquisa demonstram que um número significativo de camelôs presentes nas ruas de Feira de Santana teve uma ocupação anterior e tornou-se vendedor nas ruas por não conseguir se recolocar no mercado formal de trabalho (Tabela 1).

Percebe-se a variedade de atividades anteriormente exercidas por esses trabalhadores. Ao mesmo tempo que o comércio é o principal responsável pela dinâmica econômica do município, tem sido também o que mais tem demitido (BRASIL, 2013). Coube a quem se encontra no desemprego procurar alternativas para a sua sobrevivência e essa chance foi adquirida através do comércio de rua.

As informações acima demonstram que em todos os circuitos econômicos o desemprego é realidade, o que

Tabela 1 - Atividades anteriormente exercidas pelos camelôs e ambulantes de Feira de Santana, 2015.

Atividades	Logradouro					Total
	Rua Sales Barbosa	Avenida Senhor dos Passos	Rua Benjamin Constant	Praça do Nordeste	Rua Marechal Deodoro	
Ajudante de oficina	04	--	02	--	--	06
Artesão(ã)	--	01	--	--	--	--
Auxiliar de produção industrial	03	--	05	04	04	16
Babá	--	--	--	--	03	03
Camelô	34	14	11	03	07	69
Camelô em outra cidade	03	--	--	--	--	03
Comerciante	14	--	--	02	03	19
Costureiro(a)	06	--	--	02	--	06
Empregado(a) doméstico(a)	04	07	--	--	04	15
Flanelinha	03	--	--	--	--	03
Fretilista	--	01	--	--	03	04
Garçom	--	--	--	--	03	03
Jardineiro	--	01	--	--	02	03
Jogador de futebol	--	01	--	--	--	01
Manicure	04	--	--	--	04	08
Motorista	04	--	--	--	--	04
Pedreiro	05	02	--	--	03	10
Porteiro	--	02	--	--	--	02
Professor(a)	--	01	--	--	--	01
Representante comercial	--	--	--	02	--	02
Serviços gerais	--	--	04	--	02	06
Trabalhador rural	07	01	--	02	05	15
Verdureiro	04	--	--	--	--	04
Vigilante	03	01	--	--	03	07

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

ratifica a discussão de Durães (2013), pois, nesse processo de reestruturação produtiva, os trabalhadores estão à mercê das políticas adotadas pelos governos que repercutem localmente e atingem, inclusive, segmentos extremamente frágeis na cadeia produtiva, como é o caso das ocupações relacionadas ao circuito informal.

O circuito informal contribui na consolidação do comércio na medida que indica as relações de complementaridade e concorrência. A hierarquia existente não desaparece, ao contrário, na maioria dos casos, o circuito informal necessita da presença do circuito formal para sua existência e manutenção, tanto que procura se instalar nas vias onde o circuito formal ocorre com maior dinâmica. Além disso, o circuito formal empresta seus fornecedores, transportadoras e potenciais consumidores para o funcionamento do circuito informal.

Em muitas cidades as transformações econômicas – com destaque para a década de 1980 – promovem mudanças na dinâmica urbana. Os centros perdem seus status devido ao grande fluxo de carros e pedestres, poluição visual e atmosférica, além da elevação na violência. Em Feira de Santana, cada metro quadrado do centro continua valorizado e disputado por camelôs e lojistas formais, que continuam com suas atividades nessa parte da cidade. Para Freitas (1998, p. 164), "[...] o comércio é tradicionalmente a principal atividade econômica feirense. As atividades industriais existentes desde o século passado não conseguem se sobrepor às atividades comerciais".

O comércio informal em Feira de Santana, representado pelo comércio de rua, realizado por ambulantes e camelôs, se constitui numa organização que demonstra diferenças,

ao mesmo tempo, com relevante complementaridade com atividade formal. Sua atuação funciona de modo que favorece ambos e desempenha um papel fundamental na organização das funções e formas urbanas. A dinâmica da estrutura produtiva tem passado por uma intensa modificação. Como consequência, não conseguiu realizar a incorporação da mão-de-obra disponível e criou um significativo espaço para a informalidade.

A redefinição pensada para o centro comercial de Feira de Santana transformou-se, desde a década de 1980, em territórios de conflitos, resultado dos seus diferentes usos e das diferentes perspectivas de produção e reprodução de renda gerada nas ruas. O universo da pesquisa para este artigo compõe o comércio informal e sua relação com o comércio formal. Para tanto, foi realizado um levantamento identificando os estabelecimentos comerciais e a disposição de ambulantes e camelôs ao longo do logradouro, sendo o resultado apresentado através de croqui.

A análise dos dados obtidos pelos questionários aplicados entre ambulantes e camelôs, consumidores e o levantamento de informações permitiu a avaliação da formação de um circuito inferior da economia urbana, como proposto por Santos (2008a), com relevante influência do circuito superior.

A configuração territorial planejada para o centro comercial com a transferência da feira para o Centro de Abastecimento não foi alcançada. Ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, o número de pessoas em busca de ocupação superava os postos de trabalho, e cada vez mais barracas apareciam nas calçadas da cidade.

O comércio de rua se amplia e se diversifica nos ramos de confecções, calçados e eletroeletrônicos, se alargando e ocupando as áreas centrais da cidade, mesmo com sucessivos projetos de ordenamento e relocação dessa atividade. Portanto, é uma atividade que resiste às pressões do poder público e do comércio formal.

Os espaços utilizados pelo comércio vão se localizar em pontos estratégicos, ocupando as principais vias de circulação. Dos cinco logradouros pesquisados, o que apresenta a maior concentração de ambulantes e camelôs é a rua Sales Barbosa (Tabela 2). De forma bem densa, se apertam, no calçadão, barracas, carros-de-mão, araras encostadas pelas paredes entre uma loja e outra, pessoas com cestos, mercadorias nas mãos, mercadorias estendidas ao chão.

A rua Sales Barbosa não apresenta lojas de porte nacional. As de porte regional, como Mersan Calçados e Rainha Enxovais, aparecem pouco pela quantidade de estabelecimentos presentes no logradouro que está delimitado entre a avenida Getúlio Vargas a praça Eduardo Froes da Mota. Nessa rua, a concentração de lojas de confecções é tão intensa quanto o número de ambulantes e camelôs que trabalham com confecções e calçados.

Poucas lojas colocam mercadorias nas portas para disputar clientes ou impedir ambulantes e camelôs de ocuparem os espaços. Por todo o logradouro só encontramos

com essa prática a loja Ao Avesso, Laísa Confecções, Acessorium Bijoux, Canal da Moda, Central do Jeans, Kamy's Modas, LM Confecções, Petty Modas e Tyrraf Modas.

Historicamente, os conflitos entre comerciantes formais e ambulantes e camelôs sempre ocorreram. Os jornais Folha do Norte e Feira Hoje registram que, desde a chegada dos últimos, os comerciantes formais solicitam providências por parte do poder público. O aumento populacional resultou numa urbanização atropelada e desordenada contribuindo para consolidar uma forte crise social. A indústria, vista no primeiro momento como solução para absorção da mão-de-obra, logo se mostrou sem o propósito de contribuir para a ocupação de um grande número de trabalhadores.

O processo de industrialização criou a falsa ideia de ocupação de mão-de-obra. Muitos governos estaduais, inclusive na Bahia, para justificar o investimento em plantas industriais da iniciativa privada, nos seus estados, colocaram na mídia a informação relacionada a geração de significativa quantidade de postos de trabalho, o que na realidade não ocorreu (TEIXEIRA, GUERRA, 2000). Nesse cenário, os trabalhadores informais, representados, sobretudo, por ambulantes e camelôs, compõem a categoria que apresenta o maior crescimento. Desempregados e pessoas procedentes de municípios diversos, especialmente daqueles com predominância de atividades primárias, vão promover um aumento expressivo no comércio de rua, como escreve Maia (2015, p. 456): "O chamado comércio de rua, em parte é integrante desse circuito e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado".

Feira de Santana passou por um processo de expansão urbana, nas últimas décadas. A ocupação imobiliária em praticamente todas as direções é evidente. Mesmo assim, suas principais atividades estão concentradas no centro. Nesse disputado território, o comércio informal se instala, ou se transforma, considerando a feira livre que existiu até meados da década de 1970. Isso demonstra que embora tenha ocorrido o surgimento de subcentros, com diversas atividades que também estão presentes no centro – inclusive ambulantes e camelôs – seu centro principal se mantém ativo. É nesse território central onde as atividades importantes estão concentradas, com destaque para os bancos e clínicas especializadas.

Ao delimitar o comércio de rua, percebe-se que tanto Santos (2008a), ao discutir o circuito inferior da economia urbana, deve ter sua teoria considerada, quanto Yázigi (2000) e Durães (2013), ao tratarem a diversidade presente entre aqueles que utilizam a rua como local de retirada de sua sobrevivência. Pontualmente, também foram encontradas pessoas que conseguiram ir além da sobrevivência e retiraram das ruas muito mais do que algumas empresas capitalistas formalizadas.

Os ambulantes e camelôs presentes nas ruas pesquisadas constituem uma complexidade no cenário de Feira de Santana. Desenvolvem suas atividades de forma precária, poucos são os que conseguiram alcançar um nível

Tabela 2 - Ambulantes camelôs no calçadão da rua Sales Barbosa - 2016.

de estabilidade e recurso que os colocaram numa situação de segurança financeira. A grande maioria passa por privações e dificuldades para que possa garantir seu sustento. Dos 98 entrevistados, 34 trabalham com confecções, 14 calçados, 6 CD/DVD; acessórios (consideramos bolsas, cintos, relógios e bijouterias) são comercializados por 13 indivíduos, 10 com alimentos, 7 com eletroeletrônicos e 11 aparecem numa variedade de bonés, cintos, meias, cadernos, perfumes, sombrinhas e outros produtos.

Na rua Sales Barbosa há uma predominância do setor de confecções. O que marca a visão de quem circula pela primeira vez é o fato de parecer existir um certo zoneamento. No início da rua, no seu espaço central, encontram-se os calçados; do lado direito, eletroeletrônicos; e do outro predominam capas de celular; em seguida, a predominância é das confecções; e ao longo da rua é possível observar uma variação dos tipos de comércio, pois aparecem barracas de alimentos, acessórios, carros de mão apenas com meias ou pessoas com as mãos cheias de cintos, outros oferecendo cadernos escolares ou perfumes nitidamente falsificados.

Também deve ser considerado o tipo de equipamento. A partir da sua simples observação, é possível ter uma noção da “guia” (forma como o capital de giro é conceituado entre os comerciantes) de cada um. A predominância é de barracas de zinco, seguidas pelas barracas de metal e lona e de madeira. A presença de carros de mão também é uma constante, assim como comerciantes com armações de ferro (araras) encostadas nas paredes de lojas formais. Nesse espaço também existem pessoas comercializando em bicicletas (todas que encontramos trabalham com lanches), em balcões de madeira e com mercadorias num cesto carregando próximo ao próprio corpo e oferecendo aqueles que transitam pelas ruas.

Em relação ao tempo de trabalho, os dados revelam que existe uma população que vem há muito tempo sobrevivendo dessa atividade. Dividimos em faixas de intervalo de 5 anos e podemos observar que os intervalos 11-15 anos e 16-20 anos são os que comportam o maior número de trabalhadores (Tabela 3). Entre os que estão na faixa 0-5 anos as conversas durante a pesquisa de campo revelaram que muitos são funcionários das barracas, o que nos dá a oportunidade de entender a existência de uma heterogeneidade nesse tipo de atividade, pois ocupa o mesmo espaço um grupo definido como camelô, porém com situações financeiras diversas, uma vez que há aqueles que conseguem realizar vendas suficientes para sua sobrevivência, as despesas do comércio e poder pagar um funcionário, ao mesmo tempo, existem comerciantes que não conseguem realizar vendas que permitam prover seu sustento e da sua família.

No comércio da rua Sales Barbosa, 71% os comerciantes aceitam apenas dinheiro; 27%, além de dinheiro, disponibilizam máquina de débito/crédito; e 2% ainda trabalham com nota promissória. O destaque nesse item refere-se ao uso da

Tabela 3 - Tempo de trabalho dos comerciantes da rua Sales Barbosa - 2015.

Tempo de Trabalho (horas)	Nº de Comerciantes
0 – 5	21
6 – 10	13
11 – 15	20
16 – 20	24
21 – 25	8
26 – 30	10
+ 31	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

máquina de débito/crédito ser aceita predominantemente pelos comerciantes de confecções, pois esses apresentam uma melhor e maior organização de suas barracas; os que trabalham com calçados também apresentam boa estrutura em seus espaços, mas quando questionados paralelamente a aplicação dos formulários sobre o motivo de não utilizarem essa modalidade de pagamento, quase todos alegaram que negociando em espécie podem barganhar um preço melhor e na maioria das vezes conquistam os clientes que voltam para a compra de outras mercadorias.

4. O QUE PENSAM SOBRE O CENTRO COMERCIAL POPULAR

Segundo a Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico, vários estudos foram realizados na busca por uma solução para a desobstrução das ruas e avenidas do centro da cidade. Numa audiência pública realizada pela Prefeitura em 05 de março de 2015, o Secretário informou aos presentes sobre a realização desse estudo e o resultado alcançado foi a criação de um centro comercial popular para a relocação dos comerciantes que se encontram ocupando as vias públicas, porém não apresentou nenhum documento que comprovasse a realização do estudo.

Nessa mesma reunião, representantes do Corpo de Bombeiros do município apresentaram fotografias e relataram sobre a dificuldade de acessibilidade, a falta de mobilidade e o risco de incêndio na Rua Sales Barbosa, consequência da desordem causada pelo número de barracas e a sua disposição ao longo da rua, o que justifica serem a favor da relocação de camelôs e ambulantes para o centro comercial.

Por ser uma parceria público-privada (PPP), o representante da empresa que pretende construir o centro comercial e explorar economicamente o espaço também estava presente. Segundo ele, a prefeitura concederá 30 anos de concessão para a exploração. Dividido em 3 pavimentos (subsolo, 1º e 2º andar), haverá 1.831 boxes organizados para as diversas atividades que hoje são realizadas nas ruas da cidade, numa gestão compartilhada entre PMFS, o sindicato que representa os camelôs da Rua Sales Barbosa e empresa.

Os comerciantes presentes demonstraram grande indignação ao projeto apresentado pela PMFS e a empresa. A primeira fala destacou o preço cobrado para a ocupação do espaço, cerca de R\$ 80,00 por metro quadrado, além da taxa de condomínio para promover limpeza, segurança e estacionamento. Destacaram a concorrência dos chineses, presentes no comércio da cidade, e que trabalham com preços impossíveis de serem superados pelos comerciantes locais.

Outros comerciantes questionaram o porquê não construir o camelódromo na própria Sales Barbosa, pois é o desejo da maioria daqueles que trabalham nesse espaço. A justificativa da PMFS apoiou-se em três aspectos: não caberia todos os que hoje trabalham nela; em caso de incêndio, a dificuldade de acesso é maior, como demonstrou o representante do Corpo de Bombeiros; e a rua é do pedestre, do deficiente que não consegue andar. Segundo o Secretário, há um estatuto do pedestre e esse precisa ser respeitado.

Durante a pesquisa de campo, os comerciantes foram indagados sobre a transferência para o centro comercial popular e as respostas demonstram a insatisfação com o projeto da PMFS. Dos 98 entrevistados, todos apresentam descontentamento e preocupação com a mudança, uma vez que a rua é o lugar no qual encontram aquilo que mais precisam: o pedestre que é um consumidor em potencial.

Segundo os comerciantes, o perfil de um cliente que busca uma mercadoria numa banca de rua é totalmente diferente daquele que vai a um shopping. Nos relatos, quem compra na rua é aquela pessoa que foi em busca de uma consulta médica, um serviço bancário ou outra atividade e ao passar vê a mercadoria exposta e lembra que precisa daquele objeto ou aproveita, por saber que vai passar naquela via e busca por um determinado serviço (geralmente pequenos consertos), diferente daquele que sai de casa no propósito de ir a um shopping consumir determinado produto ou serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feira de Santana, por sua posição geográfica e por apresentar um sistema rodoviário que colabora para a circulação de pessoas e mercadorias, compreende uma intensa atividade comercial associada a sua história e formação territorial. As mudanças nas relações de trabalho, em níveis globais e com repercussões locais, também colaboram para que um contingente a margem do trabalho formal busque no comércio de rua uma alternativa para a sua sobrevivência. A figura do comerciante que é definido como ambulante ou camelô se refere aquele trabalhador que realiza suas atividades no espaço que para muitos seria apenas para circulação.

Os camelôs são comerciantes de rua e fazem parte da economia informal, atuam principalmente nas médias e grandes cidades. Para as autoridades, em especial o poder municipal, a presença desse segmento nas ruas é tratada como problema, pois fazem mau uso do espaço público através

da ocupação de calçadas e impedimento da circulação de pedestres e não pagam impostos. De fato, as dificuldades de inserção no mercado formal induzem ao fortalecimento dessa atividade, que marca a vida econômica de Feira de Santana.

O comércio informal em Feira de Santana, particularmente o que ocorre nas ruas da cidade, passou por significativas transformações no intervalo que marca a origem do município e da cidade com a feira livre e a feira de gado bovino, até a atual organização, na qual os produtos industrializados predominam. Essa situação é um indicativo de que houve inclusões, nessa atividade, decorrentes da acumulação de capital. O grande destaque volta-se a comercialização de mercadorias, produzidas em grande escala, por empresas de médio e grande porte, muitas delas estrangeiras, que podem ser encontradas nas mãos e barracas de ambulantes e camelôs.

Considerando o impacto da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, esse comércio informal apresenta papel singular na manutenção da sobrevivência do trabalhador, ao absorver a mão-de-obra desempregada, oriunda de outros segmentos apresenta dupla função, com a diminuição no número de pessoas desocupadas e sem rendimentos, e ainda permitir a esses o poder de consumo que lhe seria negado caso não tivesse nenhuma forma de negociar sua força de trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tales de. **Feira de Sant'ana, passado e presente**. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1976. (Centro de Estudos Baianos).

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso: 10 nov. 2013a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>>. Acesso: 10 nov. 2013b.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. (Simples Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso: 10 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Documentos Temáticos Elaborados como Subsídios da Proposta – PNOT – Versão para consulta**. Logística e Ordenamento do Território. Brasília, 2006.

DURÃES, Bruno J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia:** novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.

FEIRA DE SANTANA. Prefeitura da Cidade de Feira de Santana. **Centro de Comércio Popular:** reuniões com camelôs serão setoriais. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias>>. Acesso: 07 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Demográfico – 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MAIA, Ana Cláudia Nogueira. Comércio de Rua X Poder Público: O Caso da Cidade de Salvador (BA). **Bahia: Análise & Dados.** Salvador, v. 25, n. 2, p. 455-474, abr./jun. 2015.

MONTESSORO, Claudia Cristina L. **Centralidade Urbana e Comércio Informal:** Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis-GO. 2006. 355 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NASCIMENTO, Carla Jandira S. **Caracterização das Relações Formais e Informais no Mercado de Trabalho de Feira de Santana.** Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Econômicas. Mestrado em Economia. Salvador, 1996.

PINTAUDI, Silvana M. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed.; São Paulo: Contexto, 2007. P. 143-158. (Caminhos da Geografia).

POPPINO. Rollie E. **Feira de Santana.** Salvador: Itapuã, 1968.

SALVITTI, Adriana; et al. O Trabalho do Camelô: Trajetória Profissional e Cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo: 1999, n. 2, v. 1, p. 1-23.

SANTOS. Milton. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo: EDUSP, 2008. 1 reimpressão.

SOUZA, Elisete Cerqueira de. **Organização Espacial e a Utilização do Espaço Público pelos Feirantes e Ambulantes da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Feira de Santana – BA.** 2013. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2013.

YÁGIZI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas.** São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.